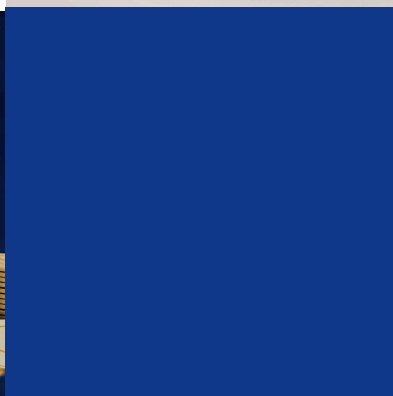
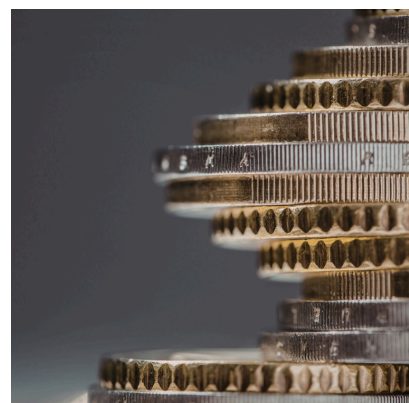


FINANÇAS É CÍVICO

Um guia completo de facilitação para animadores juvenis na Europa.



Introdução

Este guia assenta numa crença essencial: as finanças não são um tema privado. Cada euro que se gasta, poupa, tributa, empresta ou investe é um ato social que tem impacto nos outros. Estas oficinas ajudam jovens de toda a Europa a perceberem-se não apenas como consumidores isolados, mas como cidadãos económicos cujas decisões, vozes e ações em conjunto moldam o continente onde habitam.

Cada oficina pode ser usada de forma individual ou como parte de um programa de 10 sessões. Todas as atividades estão descritas com detalhes suficientes para que possam ser compreendidas e realizadas sem necessidade de conhecimentos especializados.

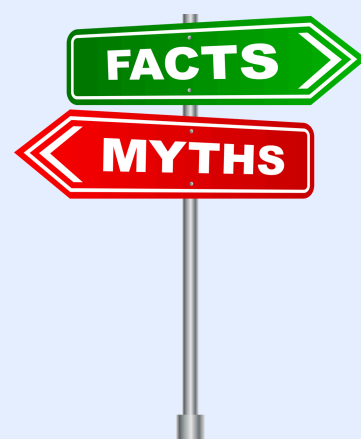


O mito de que as finanças são pessoais

A narrativa predominante na educação financeira é a da responsabilidade individual: faça escolhas acertadas, evite dívidas prejudiciais, comece a poupar cedo, invista de forma inteligente. Isso não está errado — mas é extremamente incompleto. É como ensinar alguém a nadar sem avisar que o rio tem correnteza.

Atualmente, temos várias questões em jogo: as decisões sobre as taxas de juros do BCE que influenciam a acessibilidade das hipotecas; os programas de austeridade na zona do euro que reduziram serviços para os jovens no sul da Europa após 2010; o Sistema de Comércio de Emissões da UE que estabelece um preço para o carbono; os paraísos fiscais corporativos na UE que afetam a receita pública; e os sistemas algorítmicos de pontuação de crédito que refletem a desigualdade histórica nas decisões de empréstimo futuras.

Nenhuma dessas situações é um fracasso pessoal. Todas elas afetam os resultados financeiros de cada um. Qualquer tipo de educação financeira que não leve isso em conta está a preparar os jovens para navegar num mapa onde a maior parte do território está em branco.



Finanças, energia e o projeto da Europa

A Europa é a experiência mais ousada do mundo quando se trata de governança económica partilhada. A União Europeia gere um mercado único com 450 milhões de pessoas, uma moeda única que é utilizada por 20 Estados-membros, uma política comercial comum, uma autoridade coletiva de concorrência e — desde 2020 — um instrumento de dívida conjunta (o Mecanismo de Recuperação e Resiliência) que soma 800 bilhões de euros. Estes não são apenas conceitos abstratos. Eles constituem a estrutura onde se desenrola a vida financeira de cada europeu.

Compreendê-los é uma maneira de se alfabetizar civicamente. Um jovem em Lisboa precisa perceber como as decisões do BCE sobre as taxas de juros impactam o seu aluguel. Um jovem em Varsóvia deve entender como os fundos estruturais da UE estão a transformar a sua cidade. Um jovem em Atenas precisa saber o que representou a "crise da dívida soberana", quem saiu a ganhar e quem pagou o preço. Um jovem em Berlim precisa compreender por que o superávit em conta corrente da Alemanha é uma questão política europeia, e não apenas um dado económico.

Teorias Económicas que Sustentam estes Workshops

Esses workshops baseiam-se em teorias económicas tanto convencionais como heterodoxas. Os seguintes referenciais

ECONOMIA KEYNESIANA

J.M. KEYNES (1936)

Os gastos do governo podem impulsionar a demanda em tempos de recessão. O Fundo de Recuperação pós-COVID da UE é um exemplo claro da lógica keynesiana: investimento público conjunto para prevenir um colapso económico.

TEORIA DO CONTRATO SOCIAL

ROUSSEAU, RAWLS

Os cidadãos abrem mão de certa liberdade em troca dos benefícios da vida em comunidade — como serviços públicos, estado de direito e proteção social. A tributação é a forma financeira desse acordo.

O EFEITO MULTIPLICADOR

KEYNES / KAHN (1931)

O dinheiro que se gasta numa economia local circula várias vezes, criando mais atividade económica do que o valor inicial. 1 euro de investimento público pode gerar entre 1,50 e 2,00 euros de PIB. A UE utiliza este princípio na distribuição de fundos estruturais.

Teorias Económicas que Sustentam estes Workshops

R > G DE PIKETTY

THOMAS PIKETTY (2013)

Quando o retorno sobre o capital (r) é maior que o crescimento económico (g), a riqueza tende a se concentrar nas mãos de quem já possui ativos. O aumento da desigualdade na Europa pode ser parcialmente explicado por essa dinâmica — que é relevante para a habitação, pensões e heranças.

EXTERNALIDADES

PIGOU (1920)

Quando uma transação gera custos ou benefícios para terceiros sem o seu consentimento, isso é conhecido como uma externalidade. As emissões de carbono representam uma externalidade negativa — o Sistema de Comércio de Emissões da UE foi criado como uma resposta política para garantir que os poluidores assumam os custos.

Falhas de mercado

SAMUELSON, FLECHA

Os mercados não conseguem alocar recursos de forma eficiente quando existem informações imperfeitas, monopólios, bens públicos ou externalidades. Essas falhas tornam necessária a intervenção do Estado — seja através de regulamentação, tributação ou provisão pública.



Teorias Económicas que Sustentam estes Workshops

FINANCEIRAÇÃO

EPSTEIN, MINSKY

A crescente influência dos interesses, mercados e instituições do setor financeiro na economia — muitas vezes em prejuízo do investimento produtivo — está a contribuir para a crise habitacional na Europa, que resulta, em parte, da desvalorização da habitação como um ativo financeiro em vez de um bem social.

ECONOMIA COMPORTAMENTAL

Kahneman, Thaler

As pessoas não fazem decisões financeiras de forma totalmente racional. Estamos influenciados por vieses cognitivos (aversão à perda, viés do presente, comportamento de manada) que impactam a poupança, o investimento e a gestão da dívida. A elaboração de políticas deve ter isso em mente.

VANTAGEM RELATIVA

RICARDO (1817)

Os países tiram proveito ao se especializarem naquilo que produzem de forma mais eficiente e ao trocarem o que sobra. O Mercado Único da UE fundamenta-se nesse princípio — mas os seus efeitos distributivos (quem ganha, quem perde) são uma questão política.

TEORIA MONETÁRIA MODERNA

KELTON, MOSLER

Os governos que emitem a sua própria moeda (diferente dos membros da zona euro) não podem ficar sem dinheiro da mesma maneira que as famílias. A Teoria Monetária Moderna (MMT) levanta questões significativas sobre o que o euro representa para a soberania fiscal nacional — especialmente relevantes para os países do sul da Europa.

Como utilizar este guia

Cada escritório é organizado da mesma maneira:

1 O raciocínio cívico

— a abordagem da sessão sobre 'por que isso é relevante para além da sua conta bancária'

2 A Teoria Económica

— O que os académicos e economistas dizem sobre este tema, explicado de uma forma acessível.

3 Contexto Europeu

— instituições específicas, informações, estudos de caso e dinâmicas políticas pertinentes para a Europa

4 Experiência do Formador

— um conhecimento sólido do conteúdo para que possas responder às perguntas com segurança

5 A Oficina

— um plano de atividades detalhado com cronogramas, orientações e questões para debate

6 Análise e Consideração

— como sair da sessão e consolidar o aprendizado

7 Recursos

— onde explorar mais

Uma observação sobre complexidade

Estes são temas complicados. Não é necessário ser economista para falar sobre eles. O seu papel não é ter todas as respostas, mas sim fazer boas perguntas, criar um espaço para reflexão e ajudar os jovens a ligarem as suas experiências de vida aos sistemas mais amplos que as influenciam. As melhores conversas costumam começar com "Não sei, o que pensas?".

01

O que é, na verdade, o dinheiro?

Do ouro ao euro digital: uma narrativa social e política.

Tema: Dinheiro, Confiança, Acordo Coletivo e o Euro

DURAÇÃO

90 minutos

TAMANHO DO GRUPO

10 a 28 participantes

MATERIAIS

Moedas, fichas, flipchart, explicação do BCE



O DISCURSO CÍVICO

O dinheiro não é um fenómeno natural. É uma tecnologia — criada, reformulada e regulada por decisões humanas. Compreender o que o dinheiro realmente é — de onde vem, quem o controla e por que tem valor — é a base de toda a educação financeira. E na Europa, onde 20 países partilham uma moeda única gerida por um banco central não eleito, esta questão ganha profundas dimensões democráticas.

PRINCIPAIS TEORIAS ECONÓMICAS

TEORIA DA MOEDA ENQUANTO MERCADORIA

ECONOMIA CLÁSSICA

O dinheiro passou por uma evolução desde a troca direta; o ouro e a prata tinham um valor próprio. Isso sustentou o padrão-ouro, que foi abandonado em todo o mundo em 1971, quando Nixon acabou com a conversibilidade do dólar em ouro.

TEORIA DO CRÉDITO/CARTALISTA

BOTÃO (1905), KEYNES

O dinheiro é gerado pelo Estado e é aceite porque os governos exigem que os impostos sejam pagos com ele. Os bancos também geram dinheiro ao conceder empréstimos — não emprestando depósitos que já existem, mas creditando contas.

CRIAÇÃO DE DINHEIRO BANCÁRIO

BANCO DE INGLATERRA (2014)

Os bancos comerciais geram cerca de 97% do dinheiro que está em circulação através de empréstimos. O Banco da Inglaterra confirmou isso de forma pública: "Quando um banco faz um empréstimo, ele cria um depósito na conta do tomador, gerando assim dinheiro novo."

CONTEXTO EUROPEU

O Banco Central Europeu (BCE), localizado em Frankfurt, é responsável pela gestão do euro nos 20 Estados-Membros. O seu principal objetivo é garantir a estabilidade de preços, mantendo a inflação "abaixo, mas perto de 2%". O BCE é constitucionalmente independente de influências políticas. Informações relevantes sobre o BCE (2024): taxa de juro principal de 4,0%; pico da inflação na zona euro de 10,6% (outubro de 2022); balanço do BCE superior a 7 biliões de euros após o programa de flexibilização quantitativa; a taxa média variável dos empréstimos hipotecários na zona euro aumentou de cerca de 1,5% para cerca de 5% entre 2021 e 2024.



Nota do Facilitador

Esta sessão pode evocar emoções intensas — especialmente sobre o euro e a soberania nacional.

Aceitem isso. A discussão sobre se o euro é vantajoso para todos os seus membros é realmente debatida entre os economistas. O vosso papel é expor a complexidade de maneira sincera, não solucioná-la.

1

15 minutos

O Problema da Substituição

Dê a cada participante três cartões — cada um com algo que eles "têm" (pão, remédio, ferramentas, música, uma habilidade). Peça-lhes que negociem livremente, apenas através do escambo. Depois de 5 minutos de negociação frustrante, faça uma pausa e apresente fichas que todos concordem que têm valor. Deixe a negociação prosseguir por mais 3 minutos. Analise a situação: o que mudou? O que precisava ser verdade para que as fichas funcionassem?

2

20 minutos

De onde é que vem o dinheiro?

Apresente as três teorias num flipchart: 'Padrão-ouro antigo / O governo cria dinheiro / Os bancos criam dinheiro ao emprestar.' Pergunte aos participantes em qual teoria acreditavam antes de hoje e o que os surpreendeu. Pergunta-chave: 'Se os bancos criam dinheiro ao emprestar, o que acontece se ninguém pedir empréstimos? O que isso implica em relação ao crescimento, à dívida e à estrutura da nossa economia?'

3

20 minutos

O Euro — Uma Moeda, Vários Países

Dividam os participantes em quatro grupos de países: Alemanha, Grécia, Itália e Espanha. Cada grupo recebe um cartão que descreve a sua situação económica em 2012 (desemprego, crescimento, dívida, rendimento dos títulos). Perguntem: se vocês tivessem a sua própria moeda, o que poderiam fazer agora? O que não conseguem fazer por partilharem o euro? Com a sua própria moeda, a Grécia poderia ter desvalorizado a sua moeda. Em vez disso, teve que aceitar uma austeridade severa. Quem tomou essa decisão? Foi uma decisão democrática?

4

15 minutos

Bitcoin e o amanhã do dinheiro

As criptomoedas surgem como uma alternativa interessante: são descentralizadas, não estão sob controle de governos ou bancos e têm uma oferta limitada. Pergunte-se: Isso resolve os problemas que falámos? Que novos desafios isso traz? O regulamento MiCA da UE (2023) é a primeira estrutura regulatória abrangente para criptomoedas a nível mundial. O BCE está a trabalhar num "euro digital" — uma moeda digital emitida por um banco central. Quais são os riscos associados à vigilância financeira e à privacidade?

5

20 minutos

Análise e Consideração

Voltando à pergunta: O que é dinheiro? Peça respostas rápidas de todos na sala. Depois: Quem tem o controle do dinheiro na Europa — os governos, o BCE, os bancos comerciais ou todos eles? Isso parece-lhe democrático? Se o dinheiro é gerado quando os bancos fazem empréstimos, o que isso implica em relação à dívida e à estrutura do nosso sistema económico? O que precisaria saber, como cidadão, para se envolver nas decisões sobre política monetária?

02

O custo de tudo: Mercados, valor e desigualdade

Como são estabelecidos os preços — e quem acaba por ficar para trás

Tema: Oferta e Procura, Falhas de Mercado e Desigualdade na Europa

DURAÇÃO

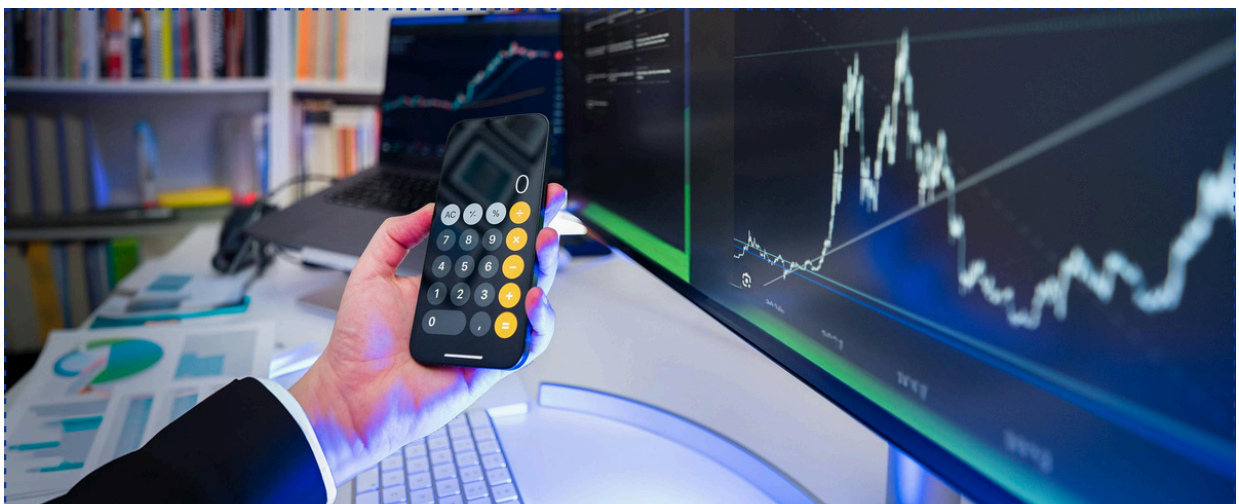
90 minutos

TAMANHO DO GRUPO

10 a 30 participantes

MATERIAIS

Tabelas de preços, brochuras com cenários, informações sobre desigualdade do Eurostat



O DISCURSO CÍVICO

Cada preço que pagas é o resultado de uma negociação da qual provavelmente não participaste — entre oferta e procura, sim, mas também entre corporações, entidades reguladoras, governos, sindicatos e mercados internacionais. Compreender como os preços são definidos é compreender o poder. E perceber onde os mercados falham — onde geram resultados injustos, ineficientes ou socialmente prejudiciais — é entender quando a intervenção democrática é legítima e necessária.

PRINCIPAIS TEORIAS ECONÓMICAS

OFERTA E PROCURA

MARSHALL (1890)

O preço de um produto é definido pelo ponto em que a quantidade disponível (oferta) se encontra com a quantidade que as pessoas querem a cada preço (demanda). Quando a demanda sobe ou a oferta cai, os preços tendem a subir — e o contrário também é verdade.

FALHA NO MERCADO

PIGOU, SAMUELSON, ARROW

Os mercados não conseguem gerar resultados eficientes ou justos quando: há externalidades (como a poluição), bens públicos (como a defesa nacional ou parques), assimetrias de informação (quando o vendedor tem mais conhecimento do que o comprador) ou poder de monopólio. Todos esses elementos tornam necessária a intervenção do Estado.

O COEFICIENTE DE GINI

CORRADO GINI (1912)

Uma forma de medir a desigualdade de renda que vai de 0 (igualdade perfeita) a 1 (uma pessoa possui tudo). O índice de Gini médio na UE é de 0,30, mas varia entre 0,23 (Eslováquia) e 0,36 (Bulgária). Desde a década de 1980, tem-se observado um aumento na maioria dos países europeus.

PODER MONOPSÔNICO

JOHN ROBINSON (1933)

Quando há apenas um grande comprador num mercado — como um grande empregador numa cidade pequena — os trabalhadores têm menos poder de negociação e os salários ficam abaixo do nível competitivo. A rede logística da Amazon é um exemplo atual disso.

CONTEXTO EUROPEU

Desigualdade na UE (Índice de Gini 2023): Alemanha 0,29, França 0,30, Itália 0,33, Espanha 0,33, Grécia 0,32, Polónia 0,27, Suécia 0,27, Roménia 0,34, média da UE 0,30. Desemprego juvenil: Alemanha 5,8%, França 17,4%, Itália 22,7%, Espanha 28,0%, Grécia 26,5%, média da UE 14,5%. Habitação na Europa: a relação preço/renda em Amsterdão aumentou de 5x para 13x (2012–2022). Viena: 60% dos residentes vivem em habitações subsidiadas — aluguéis entre os mais baixos de qualquer grande cidade europeia. Lei da Concorrência da UE: a Comissão multou o Google em € 8,2 mil milhões, a Apple em € 13 mil milhões e a Amazon em € 250 milhões por abusos de mercado. A Lei dos Mercados Digitais da UE (2022) regula os "gatekeepers" de tecnologia.



Nota do Facilitador

O estudo de caso sobre habitação vai ter um grande impacto na vida da maioria dos jovens europeus. É importante que as experiências pessoais sejam trazidas à tona. Quando os participantes falarem sobre as suas próprias situações de aluguel ou de habitação, é fundamental afirmar que essas experiências individuais refletem um problema estrutural — e redirecionar a conversa para a questão política: o que precisaria mudar?

1

20 minutos

O Leilão de Preços

Coloque cinco itens em "leilão": um pão, um apartamento de um quarto na cidade deles, um diploma universitário, uma consulta médica e uma passagem aérea comercial. Dê aos participantes diferentes quantias de dinheiro fictício (representando diferentes níveis de renda). Realize um leilão simples para cada item. Observe e discuta: Quem conseguiu comprar o quê? O que aconteceu com o acesso à consulta médica? O mercado distribui recursos para a saúde de forma eficiente? E quanto à educação?

2

25 minutos

O setor imobiliário — um estudo de caso europeu

Dados-chave atuais: Os preços dos imóveis em Amsterdã aumentaram de 5 a 13 vezes a renda mediana (2012–2022). O aluguel em Dublin duplicou em uma década. O teto para aluguéis em Berlim foi anulado pelo Tribunal Constitucional (2021). Barcelona impôs restrições ao Airbnb (2024). Em Viena, 60% da população reside em habitações subsidiadas — com aluguéis entre os mais baixos da Europa. Em Praga, a acessibilidade à habitação caiu drasticamente após 2015 com a chegada de investimentos estrangeiros. Questões: Por que a habitação se tornou inacessível? Quem se beneficia com o aumento dos preços? Quem sai perdendo? O que esses exemplos europeus nos ensinam?

3

20 minutos

Quando os mercados falham — quem toma a decisão?

Apresente três cenários: (1) Uma empresa farmacêutica decide aumentar os preços da insulina em 400%; (2) Uma empresa de tecnologia compra todos os concorrentes e passa a controlar 85% da publicidade online; (3) Um projeto imobiliário poderia aliviar a escassez, mas exigiria a demolição de um jardim comunitário. Para cada um: o mercado deve lidar com isso ou o governo deve intervir — e de que forma? Utilize a política de concorrência da UE como um mecanismo real.

4

25 minutos

Análise e Consideração

Peçam aos participantes que escrevam: um mercado que acham eficaz, um mercado que consideram falho e algo que pensam que não deveria ser definido pelo preço. Depois, compartilhem em duplas e, em seguida, com o grupo todo. Será que é possível ter uma economia de mercado que também seja justa? O que seria necessário para isso? Quem deve decidir quando os mercados falharem — os governos nacionais, a UE ou ambos? O que significa o facto de o desemprego juvenil no sul da Europa ser quatro vezes maior do que no norte da Europa — num mercado único?

03

Impostos, o interesse coletivo e as finanças públicas na Europa

Quem paga, quem tira proveito — e quem fica de fora?

Tema: Política Fiscal, Justiça Tributária e o Orçamento da UE

DURAÇÃO

100 minutos

TAMANHO DO GRUPO

8 a 25 participantes

MATERIAIS

Fichas orçamentais da UE, fichas de cenários fiscais, fichas orçamentais



O DISCURSO CÍVICO

Todos os serviços públicos que já utilizaste — uma escola, um hospital, uma estrada, um parque, uma biblioteca, um auxílio-desemprego — foram financiados por impostos. Os impostos são a expressão financeira do contrato social: contribuições coletivas para a provisão coletiva. Na Europa, a questão de quem paga impostos, quanto e para que finalidade não é apenas uma questão nacional — é uma questão europeia. A evasão fiscal por parte de empresas dentro da UE custa aos Estados-Membros entre 150 e 190 mil milhões de euros por ano. Compreender isso não é apenas economia. É cidadania.

PRINCIPAIS TEORIAS ECONÓMICAS

POLÍTICA FISCAL

KEYNES / MUSGRAVE

Uso de impostos e despesas do governo para afetar a economia. A política fiscal expansionista (mais despesas, impostos mais baixos) promove o crescimento. A política contracionista (cortes, impostos mais altos) diminui a inflação, mas pode afetar os serviços e o emprego.

A CURVA DE Laffer

ARTHUR LAFFER (1974)

Há uma taxa teórica de impostos onde a receita atinge o seu pico — além desse ponto, taxas mais elevadas diminuem a atividade económica e resultam em menos receita. Este conceito foi utilizado para justificar os cortes de impostos na Europa nos anos 80, embora as provas empíricas que sustentam essas afirmações extremas sejam frágeis.

TEORIA TRIBUTÁRIA IDEAL

MIRRLEES (1971)

Os impostos devem ser elaborados de maneira a reduzir as distorções no comportamento económico, enquanto garantem a arrecadação de receitas suficientes de forma justa. O imposto sobre o rendimento progressivo (onde os rendimentos mais altos pagam uma taxa superior) representa tanto esta teoria como um valor social: a diminuição da desigualdade.

INCIDÊNCIA FISCAL

RICARDO / RAMSEY

Quem é responsável legalmente por pagar um imposto e quem realmente suporta o seu custo podem ser coisas distintas. O IVA é pago pelas empresas, mas acaba por ser transferido para os consumidores. O imposto sobre as empresas pode ser parcialmente suportado pelos trabalhadores (através da redução dos salários) ou pelos consumidores (com o aumento dos preços). A análise do efeito distributivo dos impostos é necessária.

CONTEXTO EUROPEU

O orçamento da UE é cerca de € 170 bilhões por ano (2024) — apenas 1% do PIB da UE. Os principais fundos da UE incluem: Fundos de Coesão (destinados a regiões menos desenvolvidas), Política Agrícola Comum (31% do orçamento — que beneficia de forma controversa os grandes proprietários de terras), Mecanismo de Recuperação e Resiliência (€ 800 bilhões pós-COVID) e Horizonte Europa (€ 95,5 bilhões para P&D). Em termos de justiça fiscal, a Apple pagou uma taxa efetiva de imposto corporativo de 0,005% na Irlanda em 2014 — a UE exigiu o reembolso de € 13 bilhões (2024). A sonegação fiscal corporativa anual na UE é de € 150–190 bilhões. O imposto mínimo global da UE sobre as empresas (Pilar Dois), fixado em 15%, foi implementado em 2024.



Nota do Facilitador

A questão dos impostos é um tema político que gera bastante controvérsia. O que se pretende não é dizer aos participantes se os impostos devem ser mais altos ou mais baixos, mas sim ajudá-los a entender como funcionam os sistemas tributários, quem os cria e quais valores eles refletem. O caso da Apple/Irlanda e o imposto mínimo global são exemplos úteis — são fatos que podem ser verificados e que têm implicações claras para a justiça democrática.

1

25 minutos

O Jogo dos Impostos

Distribuir cartões de rendimentos: os rendimentos vão desde o salário mínimo (12.000 €/ano) até ao nível de CEO (500.000 €/ano). A cada participante é mostrada a sua situação fiscal: alguns têm contabilistas que descobriram esquemas de evasão fiscal, outros são assalariados, e há também trabalhadores independentes. Apresentar o "menu de serviços públicos": saúde (4.000 €/pessoa), educação (3.000 €/criança), estradas (500 €/pessoa), habitação social (2.000 €/pessoa), fundo de desemprego (1.500 €/pessoa). Realizar duas rondas: Ronda 1 — os indivíduos escolhem o que pagam (sem fiscalização). Ronda 2 — aplica-se um imposto progressivo e a evasão fiscal é bloqueada. Comparar os resultados. O que aconteceu aos serviços na Ronda 1? Quem foi mais afetado?

2

30 minutos

Vocês são os ministros das Finanças da União Europeia.

Dividam-se em grupos que representam os Estados-Membros da UE (Alemanha, Polónia, Espanha, Suécia e Hungria). Cada grupo possui um documento de posição sobre uma proposta fiscal polémica da UE: o Imposto sobre Transações Financeiras (uma pequena taxa sobre transações financeiras). Os grupos devem negociar e decidir se o aceitam. Alemanha: a favor — aumenta a receita e diminui a especulação. Suécia: contra — o Imposto sobre Transações Financeiras nacional anterior resultou na migração das transações para outros países. Espanha: a favor — necessita de receita. Hungria: contra — preocupações com a competitividade. Após a negociação, façam um balanço: Por que é tão difícil a política fiscal coletiva da UE? O que significa o voto unânime para a reforma fiscal?

3

20 minutos

Para onde deve ser direcionado o dinheiro?

Cada grupo recebe €100 em fichas que representam o orçamento da UE. Têm de as dividir entre: apoio à agricultura, desenvolvimento regional, investigação e inovação, ação climática, gestão de fronteiras, programas para a juventude (Erasmus), ajuda externa e administração. As opções são apresentadas e o debate acontece. Um ponto importante: 80% dos pagamentos da PAC vão para os 20% maiores proprietários de terras. Era essa a intenção? O que é que isto nos revela sobre a dificuldade de mudar políticas uma vez que estão estabelecidas?

4

25 minutos

Análise e Consideração

A evasão fiscal é diferente da sonegação fiscal — tanto do ponto de vista moral quanto legal? Essa diferença ainda se mantém? O Pacto de Estabilidade e Crescimento da UE exige que os Estados-Membros mantenham os déficits abaixo de 3% do PIB e a dívida abaixo de 60% do PIB. Será que as regras externas devem limitar as escolhas democráticas dos países em relação aos gastos? O IVA é um imposto regressivo (afeta uma parte maior da renda dos contribuintes com menores rendimentos). Por outro lado, o imposto de renda é progressivo. Qual seria a combinação ideal — e quem é que decide isso? Como poderia ser um sistema tributário europeu que fosse justo? Quem teria que abrir mão de algo para que isso se tornasse realidade?

04

Dívida, austeridade e a crise da zona euro

Como a dívida soberana influencia vidas — e quem paga a conta.

Tema: Crises Fiscais, Economia de Austeridade e Legitimidade Democrática

DURAÇÃO

100 minutos

TAMANHO DO GRUPO

10 a 28 participantes

MATERIAIS

Cartões com planos de crise, fichas com cenários de contenção, calculadoras de endividamento.



O DISCURSO CÍVICO

Entre 2010 e 2018, vários países da Europa — como a Grécia, Irlanda, Portugal, Espanha e Chipre — passaram por programas de resgate geridos pela Troika (Comissão Europeia, BCE e FMI). Em troca de empréstimos de emergência, esses países tiveram que adotar medidas de austeridade bastante rigorosas. O desemprego juvenil na Grécia e na Espanha ultrapassou os 50%. Pela primeira vez desde a Segunda Guerra Mundial, a expectativa de vida na Grécia caiu. Não eram desastres naturais. Eram decisões políticas — e os jovens foram alguns dos que mais sofreram as consequências.

PRINCIPAIS TEORIAS ECONÓMICAS

DÍVIDA PÚBLICA

MERCADOS DE TÍTULOS / FMI

Quando os governos gastam mais do que conseguem arrecadar em impostos, eles recorrem a empréstimos através da emissão de títulos — promissórias — para os mercados financeiros. A taxa de juros que pagam reflete o nível de risco que os investidores associam ao empréstimo. Se a confiança cair de forma drástica, as taxas disparam e o pagamento torna-se inviável.

ECONOMIA DE AUSTERIDADE

FMI / COMISSÃO EUROPEIA (2010–2015)

A principal resposta política à elevada dívida é cortar despesas e aumentar impostos. No entanto, críticos como Keynes, Stiglitz e Krugman defendem que essa abordagem é contraproducente: ao reduzir gastos, a atividade econômica diminui, o que leva a uma queda na arrecadação de impostos, podendo assim agravar a dívida — o que chamam de "paradoxo da austeridade".

O ERRO DO MULTIPLICADOR DO FMI BLANCHARD & LEIGH (2013)

O FMI reconheceu que os seus modelos subestimaram de forma significativa os danos da austeridade — eles consideraram um multiplicador fiscal de 0,5 (um corte de €1 reduz o PIB em €0,50). Na realidade, durante a crise, o multiplicador esteve mais próximo de 1,5 a 1,7. Eles pioraram a crise mais do que os seus modelos previam.

ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA FMI / BCE

Uma análise da capacidade de um país para pagar a sua dívida, levando em conta as previsões de crescimento e as taxas de juro. A dívida da Grécia não era viável — a maioria dos economistas estava de acordo com isso em 2011. No entanto, a reestruturação da dívida foi adiada durante anos, prolongando a crise para proteger os bancos europeus que possuíam títulos gregos.

CONTEXTO EUROPEU

Grécia, 2010–2018: O PIB desceu 26% (uma queda maior do que a da Grande Depressão nos EUA nos anos 30). O desemprego atingiu o pico de 27,5% em 2013 (desemprego juvenil: 60%). O financiamento hospitalar foi reduzido em 40%; houve falta de medicamentos. Os cortes nas pensões chegaram a 45%. A taxa de suicídio subiu 35% (2010–2012). No referendo grego de julho de 2015, 61% votaram NÃO às condições da Troika. Em uma semana, o governo grego aceitou condições ainda mais rigorosas. O ministro das Finanças alemão, Schäuble, teria dito aos negociadores gregos: "as eleições não podem mudar a política econômica". O Pacto Fiscal da UE (2012) exige que os Estados-membros incluam regras de orçamento equilibrado nas suas constituições.



Nota do Facilitador

Esta sessão fala sobre eventos recentes e em andamento — alguns participantes podem ter vivências pessoais com a austeridade ou ter familiares que foram afetados por ela. É importante criar um espaço para isso. O foco não é colocar a culpa, mas sim entender os sistemas, o poder e o significado da responsabilidade democrática num contexto supranacional.

1

25 minutos

Simulação da Espiral da Dívida

Os participantes assumem o papel do governo de um país fictício da zona do euro. Na primeira rodada, eles contraem empréstimos para cobrir um déficit. Na segunda rodada, as taxas de juros aumentam (o facilitador apresenta a "reação do mercado de títulos"). Na terceira rodada, a Troika aparece com uma proposta de empréstimo condicional. Os grupos precisam decidir: aceitam ou recusam? Cartão de Condições da Troika: corte de 25% nos salários do setor público; redução de 22% no salário mínimo; privatização das ferrovias, portos e serviços de eletricidade estatais; aumento do IVA de 19% para 23%; corte de 30% nas pensões; redução de € 1,5 mil milhões nos gastos com saúde. Vocês têm 48 horas para aceitar ou os bancos vão à falência. Quais alternativas existem? (Reestruturação da dívida, saída do euro, controle de capitais, tributação da riqueza?)

2

30 minutos

O debate sobre a austeridade — quem tinha razão?

Metade do grupo está a preparar argumentos a favor da ideia de que "a austeridade expansionista funciona" (a posição da Troika/Comissão); a outra metade está a preparar argumentos que defendem que "a austeridade foi um erro histórico" (keynesianos, Stiglitz, e até a própria admissão posterior do FMI). Vamos realizar um debate estruturado: começamos com uma abertura de 5 minutos, seguidos de respostas de 3 minutos e uma discussão com a plateia de 10 minutos. As principais evidências incluem a admissão do economista-chefe do FMI, Blanchard, em 2013, de que os modelos estavam errados. O discurso do BCE "custe o que custar" (Draghi, 2012) estabilizou a crise quase de imediato — os críticos questionam por que isso não foi feito antes, antes de anos de austeridade.

3

20 minutos

Democracia e a Troika

No referendo grego de julho de 2015, 61% dos gregos disseram NÃO às condições impostas pela Troika. Menos de uma semana depois, o governo grego aceitou condições ainda mais rigorosas. Fica a pergunta: isso foi uma falha da democracia? Quem deveria ter a palavra final — os governos eleitos ou os credores internacionais? O que implica limitar constitucionalmente as opções de gastos do governo? Existe uma tensão entre a solidariedade europeia (o compartilhamento de recursos entre os países) e a soberania democrática nacional?

4

25 minutos

Análise e Consideração

Peçam a cada participante que escreva: "Uma decisão que foi tomada durante a crise da Zona Euro que considero injusta e uma coisa que penso que deveria ter sido feita de maneira diferente". Depois, partilhem em duplas. Em seguida: o que os jovens precisariam ter sabido e feito, na altura, para influenciar essas decisões? O que precisamos saber e fazer agora para que a história não se repita?

05

Trabalho, remunerações e o futuro do emprego na Europa

Da economia social de mercado à economia de bicos

Tema: Mercados de Trabalho, Negociação Coletiva e Trabalho Instável

DURAÇÃO

100 minutos

TAMANHO DO GRUPO

10 a 30 participantes

MATERIAIS

Cartões de vencimento, modelos de contratos laborais, guias de negociação



O DISCURSO CÍVICO

A relação entre trabalhadores e empregadores é crucial para a forma como a produção é distribuída nas economias. Salários, condições de trabalho, segurança e direitos não são definidos pela natureza — são fruto de negociações, legislação e do poder relativo das partes envolvidas. Historicamente, a Europa tem proteções laborais mais fortes do que a maioria do mundo. No entanto, essas proteções estão a ser minadas pelas mudanças tecnológicas, pela economia de bicos, pelo lobby corporativo e pelas flutuações do cenário político. Compreender isso é fundamental para perceber os seus direitos — e o seu poder.

PRINCIPAIS TEORIAS ECONÓMICAS

MERCADO DE TRABALHO NEOCLÁSSICO MARSHALL / PIGOU

Os salários são estabelecidos no ponto em que a oferta de mão de obra se encontra com a demanda. Críticas: trabalhadores e empregadores dificilmente estão em igualdade de condições — os empregadores têm um poder estrutural (os trabalhadores precisam de dinheiro imediatamente; os empregadores podem esperar).

Teoria do Salário de Eficiência SHAPIRO & STIGLITZ (1984)

Os empregadores têm a possibilidade de oferecer salários superiores à média do mercado para impulsionar a produtividade, diminuir a rotatividade de colaboradores e prevenir a falta de empenho no trabalho. Isso levanta dúvidas sobre a noção de que o salário mínimo sempre resulta em desemprego.

MONOPSONIA NO MERCADO DE TRABALHO JOAN ROBINSON / DUBE

Quando há poucos empregadores a dominar o mercado de trabalho local, eles conseguem manter os salários abaixo dos níveis competitivos. Estudos indicam que aumentos no salário mínimo em regiões com baixo monopsonio têm um impacto reduzido sobre o emprego — o que vai contra as previsões clássicas.

A ECONOMIA SOCIAL DE MERCADO MÜLLER-ARMACK / ERHARD (ALEMANHA, 1949)

O modelo econômico europeu que predomina é uma economia de mercado que é regulamentada e complementada por robustas proteções sociais. Não se trata de um capitalismo puro, nem de socialismo — é um equilíbrio negociado entre a eficiência do mercado e a justiça social. Essa é a essência do modelo de capitalismo regulamentado da UE.

CONTEXTO EUROPEU

Diversidade do mercado de trabalho europeu: Dinamarca, 66% de sindicalização (modelo de flexissegurança); Suécia, 65% (negociação coletiva setorial); Alemanha, 15% de sindicalização, mas mais de 50% dos trabalhadores estão cobertos por acordos coletivos (Mitbestimmung: participação dos trabalhadores nos conselhos de supervisão); França, 8%, mas 98% dos trabalhadores estão abrangidos por acordos setoriais; Espanha, 15% (dualismo: contratos permanentes fortes versus contratos temporários fracos); Itália, 32%; Polônia, 12%. Diretiva da UE sobre Salário Mínimo (2022): o salário mínimo deve ser, no mínimo, 60% do salário mediano. Diretiva da UE sobre Trabalho em Plataformas (2024): trabalhadores autônomos são classificados como empregados por padrão, garantindo-lhes direito a salário mínimo, auxílio-doença e proteção social. Há uma forte resistência por parte das empresas de plataformas.



Nota do Facilitador

Muitos participantes vão ter uma experiência direta com trabalho precário — contratos de zero horas, trabalho não declarado, estágios que deveriam ser pagos ou dificuldades em arranjar emprego. É importante dar espaço para essas experiências. Conecte-as de forma clara às dimensões estruturais e políticas que estamos a discutir.

1

20 minutos

Comparação de Acordos

Forneçam quatro modelos de contrato: (A) contrato permanente numa empresa industrial alemã, com todos os benefícios e participação no conselho de trabalhadores; (B) contrato temporário num call center espanhol, renovável a cada 3 meses; (C) contrato de zero horas (comparação com o Reino Unido antes do Brexit); (D) trabalho autônomo numa plataforma de entregas. Em pequenos grupos, avaliem cada contrato tendo em conta: segurança de rendimento, auxílio-doença, acesso à previdência, possibilidade de planeamento para o futuro e poder de negociação. Qual escolheriam? Qual deles a maioria dos jovens europeus realmente possui?

2

25 minutos

A discussão sobre o salário

Atribua funções: um grupo de empregadores (representando uma empresa de manufatura); um grupo de trabalhadores individuais (negociando por conta própria); um grupo sindical (representando todos os trabalhadores em conjunto). Realize a mesma negociação de salários e condições de trabalho duas vezes: uma vez individualmente e outra com o sindicato. Compare os resultados. O que mudou quando os trabalhadores se uniram? Por que um empregador preferiria contratos individuais? Apresente o modelo alemão de cogestão (Mitbestimmung): trabalhadores da Volkswagen, Deutsche Bank e Siemens participam da governança ao lado dos acionistas. Esse modelo poderia ser aplicado em outros lugares? Por que não se espalhou?

3

25 minutos

A conversa sobre o futuro do trabalho

Três cenários: (1) A Visão Otimista: a tecnologia gera novos empregos enquanto elimina os antigos. Política: focar em educação e requalificação profissional. (2) A Visão da Polarização (Autor): a tecnologia acaba com empregos de qualificação média, mas não afeta os de serviços de baixa qualificação ou os de alta qualificação cognitiva. A desigualdade aumenta. (3) A Visão Radical: caminhando para um desemprego tecnológico em massa — a solução adequada é a Renda Básica Universal e uma redução significativa da jornada de trabalho. Em pequenos grupos: qual cenário acham mais provável? Como deveria ser a resposta política da Europa em cada um desses casos?

4

30 minutos

A economia gig: direitos ou flexibilidade?

Simulação: metade do jogo representa trabalhadores da economia gig (como entregadores da Deliveroo, motoristas da Uber e designers freelancers em plataformas). A outra metade é composta pela empresa da plataforma. Negociação: os entregadores e motoristas devem ser considerados funcionários ou autônomos? O que cada parte ganha e perde? Apresentação da Diretiva da UE sobre Trabalho em Plataformas e a sua presunção de vínculo empregatício. Será que essa é a solução certa? E quanto às pessoas que realmente preferem ter flexibilidade? Como é que as políticas públicas devem equilibrar segurança e liberdade de escolha? Debate: de que forma a força do poder coletivo dos trabalhadores influencia a desigualdade numa sociedade? Quais direitos você tem (ou teria) como jovem trabalhador no seu país? Serão suficientes?

06

Finanças Sustentáveis: Clima, Capital e o Acordo Ecológico Europeu

Quem arca com os custos da transição energética — e quem toma as decisões?

Tema: Economia Ambiental, ESG e Justiça Climática na Europa

DURAÇÃO

100 minutos

TAMANHO DO GRUPO

10 a 28 participantes

MATERIAIS

Resumos do Pacto Ecológico Europeu, cartões de investimento empresarial, monitorizador de preços de carbono



O DISCURSO CÍVICO

A crise climática é, ao mesmo tempo, uma crise ambiental, financeira e política. A União Europeia comprometeu-se com a meta mais ambiciosa de qualquer grande potência para enfrentá-la: o Pacto Ecológico Europeu tem como objetivo tornar a Europa neutra em carbono até 2050, com uma redução de 55% nas emissões até 2030. Para atingir essa meta, é preciso redirecionar cerca de 1 trilhão de euros por ano em investimentos — dos combustíveis fósseis para as energias renováveis, a eficiência energética e as infraestruturas sustentáveis. Isso não é apenas um desafio técnico. Envolve questões sobre quem paga, quem se beneficia, quem decide e como a transição pode ser feita sem sobrecarregar aqueles que menos podem suportar os custos.

PRINCIPAIS TEORIAS ECONÓMICAS

EXTERNALIDADES E O PRINCÍPIO DO POLUIDOR-PAGADOR

PIGOU (1920) / POLÍTICA DA UE

As emissões de carbono trazem custos para outros (futuras gerações, comunidades afetadas pelos impactos climáticos) que o emissor não assume. "Internalizar a externalidade" significa que os poluidores devem arcar com o custo real — através de impostos sobre o carbono ou sistemas de comércio de emissões.

O SISTEMA DE COMÉRCIO DE EMISSÕES DA UE

COMISSÃO EUROPEIA (2005)

Um sistema de limite máximo e comércio de emissões: a UE define um limite máximo total para as emissões da indústria, da produção de energia e da aviação. As empresas precisam de licenças para cada tonelada de CO₂ que emitem. Elas têm a possibilidade de comprar e vender licenças, estabelecendo assim um preço para o carbono. Em 2024, o preço do carbono oscilou entre € 55 e € 75 por tonelada.

O CUSTO SOCIAL DO CARBONO

NORDHAUS (NOBEL 2018) / STERN

Os custos económicos gerados pela emissão de uma tonelada extra de CO₂ — levando em conta os impactos climáticos que virão, ajustados ao valor presente. As estimativas vão de € 50 a mais de € 1.000 por tonelada, dependendo das taxas de desconto aplicadas. Este debate revela grandes diferenças sobre como avaliamos o futuro.

INVESTIMENTO ESG E GREENWASHING SFDR (UE, 2021) / REGULAMENTO DE CLASSIFICAÇÃO

O investimento ESG (Ambiental, Social e de Governança) tem como objetivo direcionar capital para iniciativas sustentáveis. O Regulamento de Divulgação de Finanças Sustentáveis da UE exige que os produtos financeiros classifiquem e divulguem as suas alegações de sustentabilidade. Críticas: "greenwashing" generalizado — rotulagem ética superficial sem um impacto real.

CONTEXTO EUROPEU

Pacto Ecológico Europeu: neutralidade climática até 2050; redução de 55% nas emissões até 2030 (Pacote Fit for 55). Mecanismo de Ajuste de Carbono na Fronteira (CBAM, 2023): aplica custos de carbono às importações de países que não têm uma precificação de carbono equivalente. Estratégia da UE para o Hidrogênio; REPowerEU: diminuir a dependência da Rússia em combustíveis fósseis (acelerada após a invasão da Ucrânia em 2022). Fundo para uma Transição Justa: € 17,5 bilhões para apoiar comunidades que dependem do carvão. Polônia: 70% da eletricidade gerada a partir do carvão em 2022; 80.000 pessoas empregadas na mineração de carvão na Silésia. A Alemanha completou a eliminação gradual do carvão em 2018, após mais de € 20 bilhões em investimentos da UE e nacionais ao longo de 30 anos.



Nota do Facilitador

A ansiedade climática é uma realidade para muitos jovens. É importante validar esses sentimentos, mas também redirecioná-los para a capacidade de agir: a ação coletiva, política e financeira é o que já permitiu que as sociedades mudassem o rumo dos seus negócios no passado. O Pacto Ecológico Europeu pode ter suas falhas, mas existe porque as pessoas se uniram e o exigiram.

1

25 minutos

Simulação do Mercado de Carbono

Divida o cenário em seis "empresas": fabricante de aço, fábrica de cimento, usina de energia a gás, empresa de energia eólica, companhia aérea e fabricante de automóveis. Cada uma começa com 100 licenças de carbono e enfrenta um desafio de produção que exige um certo número de licenças. Na Rodada 1, as licenças custam € 30 cada. As empresas precisam decidir se vão reduzir as emissões (investindo em tecnologia — que é caro, mas diminui a necessidade de licenças) ou se vão comprar licenças adicionais. Na Rodada 2, a UE aperta o limite. Há menos licenças disponíveis e o preço sobe para € 65. Quem investiu em tecnologia? Quem comprou o acesso às licenças? Quem está a definir o preço do carbono — o mercado ou o governo? O que acontece se o preço for muito baixo? E se for muito alto?

2

25 minutos

Portfólio de Investimento Sustentável

Grupos de 4 a 5 pessoas recebem um fundo de investimento de € 500.000 para distribuir entre oito opções: parque eólico offshore no Mar do Norte (retorno de 7%, baixo carbono); usina de gás natural com captura de carbono (retorno de 9%, carbono médio, tecnologia controversa); startup de combustível de aviação sustentável (possível retorno de 15%, alto risco, baixo carbono); fabricante de baterias para veículos elétricos (retorno de 8%, baixo carbono, preocupações com a cadeia de suprimentos); compensação de carbono florestal europeia (retorno de 5%, preocupações com a permanência); eletrolisador de hidrogênio verde (retorno de 4%, zero carbono, estágio inicial); extração de gás convencional (retorno de 12%, alto carbono); Título Verde da UE (retorno de 3%, garantido, usado para financiar projetos do Pacto Ecológico Europeu). Depois da alocação, serão divulgadas as classificações da taxonomia ESG e um "escândalo de greenwashing" para duas das opções.

3

25 minutos

A conversa sobre uma transição justa

Atribua os papéis: mineiro de carvão da Silésia; engenheiro de turbinas eólicas de Hamburgo; ativista climático de Roterdão; representante de uma pequena nação insular do Pacífico; funcionário da Comissão Europeia; primeiro-ministro húngaro; lobista da indústria de combustíveis fósseis. Pergunta: A UE planeja acabar com toda a geração de energia a carvão até 2030. Cada participante apresenta a sua posição (3 minutos cada). Depois, abra um debate: Qual é a velocidade ideal para a transição? Quem deve suportar os custos? Quais são os direitos dos trabalhadores afetados? Quais são as obrigações da Europa para com os países que sofrerão os impactos climáticos que ajudou a causar?

4

25 minutos

Análise e Consideração

O mercado de carbono é a solução ideal para enfrentar as mudanças climáticas — ou será que deveríamos optar por regulamentação direta, impostos sobre carbono ou investimento público? O investimento ESG consegue realmente redirecionar capital, ou é mais uma questão de marketing? O que representa "transição justa" para ti — e quem deve ter a palavra na sua definição? A Europa é responsável por cerca de 8% das emissões globais atuais, mas acumula cerca de 25% das emissões totais. O que isso diz sobre a responsabilidade da Europa?

07

Habitação, Riqueza e o Paradoxo do Mercado Imobiliário Europeu

Por que o local onde vives influencia o que tens?

Tema: Economia Imobiliária, a Desigualdade de Piketty e a Habitação como Direito Humano

DURAÇÃO

100 minutos

TAMANHO DO GRUPO

10 a 25 participantes

MATERIAIS

Fichas informativas sobre habitação por cidade, infográficos sobre a distribuição de riqueza, fichas com cenários de políticas públicas.



O DISCURSO CÍVICO

A habitação é a principal responsável pela desigualdade de riqueza na Europa — e, para muitos jovens, é a injustiça financeira mais evidente da sua geração. Entender por que a habitação tem o preço que tem não é apenas útil a nível pessoal; requer conhecimento sobre legislação urbanística, propriedade da terra, taxas de juro, políticas governamentais e fluxos de capital globais. Em outras palavras: exige uma consciência cívica.

PRINCIPAIS TEORIAS ECONÓMICAS

R > G DE PIKETTY

THOMAS PIKETTY, O CAPITAL NO SÉCULO XXI (2013)

Quando o retorno sobre o capital (r) — através de aluguéis, dividendos e juros — ultrapassa o crescimento económico (g), a riqueza tende a se concentrar. Desde 1980, r tem superado g de forma consistente na Europa. A conclusão é clara: a riqueza herdada tem um peso maior do que a renda do trabalho nos resultados ao longo da vida.

TEORIA DO VALOR DO SOLO

RICARDO (1817) / GEORGE (1879)

A maior parte do que consideramos "riqueza" imobiliária é, na verdade, o valor da terra — e esse valor é gerado por investimentos públicos (como transportes, escolas, parques) e pelo crescimento da comunidade, e não pelo proprietário. Henry George propôs um Imposto sobre o Valor da Terra para recuperar esse valor em prol do bem público.

FINANCIAMENTO DA HABITAÇÃO AALBERS (2016) / MINSKY

A habitação deixou de ser um bem social e passou a ser um ativo financeiro — um meio para investimento, especulação e acumulação de riqueza. Isso eleva a volatilidade dos preços, desincentiva contratos de arrendamento de longo prazo e faz com que a oferta de habitação reaja aos retornos dos investidores em vez de atender à necessidade de moradia.

O MODELO DE VIENA ECONOMIA DA HABITAÇÃO SOCIAL

Viena conseguiu garantir habitações acessíveis para 60% da sua população devido a um compromisso de longa data com a habitação social e subsidiada. O "modelo vienense" é analisado em todo o mundo como uma demonstração de que o mercado não precisa ser o único a definir os preços dos imóveis.

CONTEXTO EUROPEU

Distribuição da riqueza na Europa: os 10% mais ricos possuem 50% de toda a riqueza líquida. Os 50% mais pobres têm cerca de 7%. Na Alemanha, os 50% mais pobres detêm apenas 2,5% da riqueza total. Uma família que possui um imóvel tem, em média, 8 vezes mais riqueza líquida do que uma família que vive de aluguel. Relação entre o preço da habitação e a renda (2023): Munique 15x, Amsterdã 14x, Lisboa 13x, Barcelona 11x, Paris 12x, Varsóvia 10x, Roma 8x, Viena 8x. Em Viena, 60% dos residentes vivem em habitações subsidiadas. Amsterdã: vendeu o seu estoque de habitações sociais nas décadas de 1990 e 2000; agora enfrenta uma crise grave. Barcelona: começou a exigir licenças para aluguel de curta duração em 2014. Berlim: o teto para aluguel (Mietendeckel) foi anulado pelo Tribunal Constitucional em 2021.



Nota do Facilitador

Esta sessão ressoa profundamente com a maioria dos jovens europeus. Preste atenção aos participantes que partilham experiências desafiadoras sobre habitação. Lembre-se sempre de afirmar: este é um problema estrutural e político, não uma falha individual. Mantenha a conversa focada em: o que pode ser alterado e quem deve impulsionar essa mudança.

1

25 minutos

O Jogo de Cartas da Fortuna

Os participantes sorteiam uma carta com uma "condição inicial": (A) herda €80.000 dos avós e os pais podem ser fiadores da hipoteca; (B) família da classe trabalhadora, sem herança, bom diploma; (C) trabalhador migrante, sem rede familiar, excelente trabalhador; (D) pai/mãe solteiro(a), trabalho de meio período, sem poupança; (E) beneficiário de habitação social; (F) filho(a) de investidor imobiliário, múltiplos imóveis herdados. Todos têm 28 anos. Realizam-se quatro "rodadas de vida" (cada uma com duração de 5 anos). Em cada rodada, simulam-se as condições econômicas atuais (alterações nas taxas de juros, oscilações no mercado imobiliário, mudanças no mercado de trabalho, uma crise de saúde). Comparam-se os resultados: até que ponto as condições iniciais influenciaram o resultado?

2

20 minutos

O Mundo de Piketty — Um Exercício com Dados

A distribuição atual da riqueza na Europa é bastante desigual: os 10% mais ricos controlam 50% de toda a riqueza líquida, enquanto os 50% mais pobres têm apenas 7%. Na Alemanha, os 50% mais pobres detêm apenas 2,5%. As famílias que possuem imóveis têm 8 vezes mais riqueza líquida do que aquelas que alugam. Além disso, a transferência de riqueza entre gerações representa entre 40% e 60% da acumulação total de riqueza. Isso levanta uma questão interessante: se a riqueza cresce mais rapidamente do que a renda e a maior parte dela é herdada, o que isso diz sobre a ideia de "meritocracia"? Em França e Espanha, existem impostos sobre a riqueza; já a Alemanha eliminou o seu imposto sobre a riqueza em 1997. Por outro lado, a Noruega mantém impostos sobre a riqueza e heranças, apresentando uma desigualdade menor.

3

30 minutos

Elaboração de políticas públicas — O que farias?

Os grupos recebem uma cidade europeia que está a passar por uma crise habitacional e devem desenvolver uma resposta política. As ferramentas políticas que têm à disposição incluem: construir mais habitações sociais; implementar o controle de aluguéis; tributar imóveis desocupados e casas vazias; regular aluguéis de curta duração (como o Airbnb); imposto sobre o valor do terreno; subsídios para compradores de primeira habitação; limitar compras por estrangeiros e investidores; e zoneamento inclusivo obrigatório (novos projetos devem incluir unidades acessíveis). Cada grupo escolhe três ferramentas, justifica as suas escolhas e antecipa possíveis oposições. Apresentem a proposta para a sala.

4

25 minutos

Análise e Consideração

A habitação é um produto de mercado ou um direito humano? Pode ser as duas coisas? O que muda consoante a perspectiva que se tem? Quem é que lucra com os preços elevados dos imóveis na Europa — e essas pessoas têm influência política? Como é que isso impacta as políticas públicas? Se Piketty estiver correto ao dizer que $r > g$ de forma estrutural, qual seria a única forma de inverter a concentração de riqueza? O que teria de mudar — a nível político, institucional e financeiro — para que o modelo de Viena pudesse ser implementado na sua cidade?

08

Finanças digitais, dados e a economia das plataformas

Bancos, algoritmos e quem dita o futuro financeiro

Tema: Fintech, Inclusão Financeira, Direitos dos Dados e o Euro Digital

DURAÇÃO

90 minutos

TAMANHO DO GRUPO

8 a 25 participantes

MATERIAIS

Maquetes de aplicações, cartões de cenários de algoritmos, resumo do RGPD



O DISCURSO CÍVICO

As finanças digitais tornaram o acesso a serviços financeiros mais acessível para milhões de pessoas, mas também introduziram novas formas de vigilância, exclusão e exploração. Os jovens que conseguirem navegar com mais segurança neste ambiente estarão em uma posição financeira mais favorável e mais preparados para resistir a sistemas que tentam explorar ou monitorar seu comportamento financeiro. No entanto, a navegação individual não é suficiente: a governança das finanças digitais é uma questão cívica.

PRINCIPAIS TEORIAS ECONÓMICAS

ASSIMETRIA DE INFORMAÇÃO

AKERLOF, SPENCE, STIGLITZ (NOBEL 2001)

Quando uma das partes numa transação tem mais informações do que a outra, os mercados não funcionam bem. Nos mercados financeiros: os bancos têm mais conhecimento sobre o risco de empréstimo do que os tomadores; as seguradoras têm menos informação sobre o risco individual do que os segurados; as empresas fintech sabem muito mais sobre o comportamento dos usuários do que os próprios usuários sabem sobre como os seus dados são utilizados.

EFEITOS DE REDE E ECONOMIA DE PLATAFORMA

ROCHET & TIROLE / PARKER & VAN ALSTYNE

As plataformas digitais tornam-se mais valiosas à medida que mais pessoas as utilizam (efeitos de rede). Isso gera uma dinâmica em que o vencedor leva tudo: um sistema de pagamento acaba por dominar. A UE recorreu à legislação da concorrência para enfrentar os monopólios das plataformas e à PSD2 (regulamentação do open banking) para dismantelar os monopólios de pagamento.

FINANÇAS COMPORTAMENTAIS E PATRÕES OCULTOS

KAHNEMAN / THALER — EM AÇÃO

Os produtos financeiros digitais aproveitam os vieses cognitivos de forma ampla. Os "padrões obscuros" — interfaces criadas para levar os usuários a tomar decisões que favorecem a plataforma (renovações automáticas, taxas escondidas, BNPL que disfarça o custo total) — são uma preocupação significativa para os reguladores da UE.

MOEDA DIGITAL DO BANCO CENTRAL PESQUISA DO BCE/BIS

Uma moeda digital emitida por bancos centrais — basicamente, um euro digital que o BCE emite em vez de bancos comerciais. Isso poderia oferecer acesso universal a pagamentos digitais seguros. No entanto, levanta preocupações sobre vigilância financeira, privacidade e o futuro da banca comercial.

CONTEXTO EUROPEU

Panorama das Finanças Digitais na UE: PSD2 (2018) — abriu os dados bancários a terceiros com o seu consentimento; introduziu o conceito de "open banking". GDPR (2018) — os seus dados financeiros são seus; você tem o direito de entender as decisões automatizadas. MiCA (2023) — a primeira regulamentação abrangente de criptomoedas no mundo; as corretoras precisam se registrar; as stablecoins estão regulamentadas. Lei de IA da UE (2024) — proíbe certos usos de IA; os usos de alto risco, como a avaliação de crédito, estão sujeitos a regras rigorosas. Euro Digital (em desenvolvimento) — 8.221 respostas à consulta pública (2023); a "privacidade" foi a principal preocupação, de longe. Lei de Serviços Digitais (2022) — as plataformas são responsáveis por fraudes financeiras e publicidade enganosa. BNPL (Compre Agora, Pague Depois): mais de 100 milhões de usuários na UE, a maioria jovens; agora está abrangido pela Diretiva de Crédito ao Consumidor da UE a partir de 2026.



Nota do Facilitador

As criptomoedas podem se tornar bastante populares, especialmente se os envolvidos já tiverem tido alguma experiência. É fundamental vê-las como um assunto complicado: há inovações autênticas nas finanças descentralizadas (DeFi), mas também existem fraudes e impactos ambientais. O essencial é fazer uma avaliação crítica — perguntando "quem se beneficia, quem assume o risco e quem faz a regulação?".

1

25 minutos

O algoritmo faz a escolha.

Cada participante recebe um cartão de perfil que contém informações sobre a idade, nacionalidade da UE, tipo de emprego (permanente, temporário, autônomo, estudante), código postal, hábitos de uso da internet e histórico de crédito. Um sistema fictício de pontuação de crédito, desenvolvido por uma IA de um banco, avalia cada perfil. Os resultados são divulgados — alguns são aprovados, outros rejeitados, e alguns com condições. Perguntem aos grupos: Que padrões conseguem identificar? Quais dados parecem ter impacto nas decisões? Isso é justo? É legal? Apresentem a exigência da Lei de IA da UE, que determina que sistemas de IA considerados de alto risco devem ser transparentes, explicáveis e sujeitos a revisão humana. Se um algoritmo o prejudica com base no seu código postal ou nacionalidade — mesmo sem mencionar explicitamente essas variáveis — isso é discriminação?

2

20 minutos

Compre agora, pague depois — Crie a regulamentação

Os serviços "Compre Agora, Pague Depois" (como Klarna, Afterpay e Scalapay na Itália) permitem que as compras sejam feitas em prestações sem juros. Mais de 100 milhões de pessoas na UE utilizam esse serviço, principalmente jovens e consumidores com rendimentos mais baixos. Os utilizadores do BNPL têm três vezes mais probabilidade de atrasar pagamentos em comparação com os utilizadores de cartão de crédito; 40% dos utilizadores do BNPL usaram-no para comprar alimentos e produtos de primeira necessidade. Grupos estão a trabalhar num quadro regulatório: que informações devem ser divulgadas? Deveria haver uma verificação da capacidade de pagamento? As taxas por atraso no pagamento deveriam ser limitadas? O BNPL deveria estar acessível para bens essenciais?

3

25 minutos

O Euro Digital — Oportunidade ou Supervisão?

Apresentamos a proposta do BCE para o Euro Digital. Diferente do dinheiro físico, um euro digital deixaria um registo completo das transações. O BCE garante que haverá proteções de privacidade e um limite de gastos. No entanto, os críticos apontam que isso poderia permitir que os governos rastreassem toda a atividade financeira — ou até mesmo limitassem como o dinheiro pode ser utilizado. Posições para debate: (A) O Euro Digital maximiza a inclusão financeira e diminui os monopólios de pagamentos — apoie; (B) O Euro Digital é uma ferramenta de vigilância que ameaça a privacidade financeira — oponha-se; (C) O Euro Digital deve ser projetado com regras de privacidade rigorosas, semelhantes às do dinheiro físico — é possível fazê-lo corretamente. Após o debate: o BCE recebeu 8.221 respostas à sua consulta de 2023 — a "privacidade" foi, de longe, a principal preocupação.

4

20 minutos

Análise e Consideração

A tecnologia financeira aumenta ou diminui a igualdade econômica na Europa? Para quem? Os seus dados financeiros são super valiosos. Quem é que realmente se beneficia deles — você, a plataforma, os anunciantes, o Estado? O que é que o RGPD lhe permite fazer com os seus dados financeiros — e já exerceu esses direitos? Um mundo sem dinheiro em espécie é viável — e, se for o caso, o que é que perderíamos? (Vários países da UE estão a considerar leis que obrigam o uso de dinheiro em espécie, precisamente por preocupações com a inclusão.)

09

Apostar na Solidariedade: Finanças Alternativas e Economia Colaborativa

Das cooperativas de crédito aos títulos comunitários — Finanças com valores distintos

Tema: Finanças Cooperativas, Solidariedade e Economia Social

DURAÇÃO

90 minutos

TAMANHO DO GRUPO

10 a 28 participantes

MATERIAIS

Cartões de estudo de caso colaborativo, modelo de design de banco comunitário, locais de votação



O DISCURSO CÍVICO

O sistema financeiro tradicional — como os bancos comerciais, seguradoras e fundos de investimento — é apenas uma forma de organizar o dinheiro. Mas não é a única. Existem cooperativas de crédito, instituições financeiras de desenvolvimento comunitário, redes de ajuda mútua e bancos de tempo que oferecem abordagens diferentes, baseadas em valores como a propriedade coletiva, a governança democrática e o foco no serviço aos membros em vez do lucro para acionistas.

PRINCIPAIS TEORIAS ECONÓMICAS

A VANTAGEM DE TRABALHAR JUNTOS

BIRCHALL (2011) / OIT

As cooperativas costumam mostrar uma resiliência maior durante recessões económicas, uma desigualdade menor na remuneração dos executivos (a relação entre o salário do CEO e o dos trabalhadores é limitada) e multiplicadores económicos locais mais robustos (os lucros são reinvestidos na comunidade em vez de serem enviados para acionistas distantes).

PROBLEMA DO PRINCIPAL-AGENTE

JENSEN & MECKLING (1976)

Nas grandes empresas, os acionistas (principais) não conseguem acompanhar os gestores (agentes) de forma ideal, o que pode levar a que estes últimos busquem os seus próprios interesses. As estruturas cooperativas e mutualistas ajudam a mitigar esse problema: os membros são simultaneamente proprietários e clientes/trabalhadores, o que alinha os seus incentivos.

CONSTRUÇÃO DE RIQUEZA NA COMUNIDADE

MODELO PRESTON / CLES (Reino Unido/Europa)

Uma abordagem para fortalecer as economias locais: instituições âncora (como hospitais, universidades e governos locais) estão a redirecionar as suas compras para cooperativas e empresas sociais da região, garantindo que o dinheiro continue a circular na comunidade. Iniciativas semelhantes estão a surgir em Barcelona, Bilbao e Bolonha, na Europa.

FINANÇAS ISLÂMICAS

PRINCÍPIOS DA SHARIA

Financiamento sem juros (riba é proibido). Em vez disso, as finanças islâmicas utilizam acordos de participação nos lucros (mudaraba), joint ventures (musharaka) ou leasing (ijara). Estão a crescer na Europa à medida que a população muçulmana aumenta e estão cada vez mais presentes no Reino Unido, Luxemburgo e Alemanha.

CONTEXTO EUROPEU

Financiamento cooperativo europeu: Mondragón (País Basco, Espanha) — 96 cooperativas, 80.000 trabalhadores-proprietários; a relação entre o salário do CEO e o salário médio é limitada a 6:1 (em comparação com mais de 300:1 nas empresas do FTSE).

Raiffeisen (Áustria/Alemanha/Suíça/Europa Oriental) — mais de 800 bancos cooperativos, 20 milhões de membros e mais de € 1 trilhão em ativos; fundado em 1864 para dar às comunidades rurais acesso a crédito sem agiotas. Crédit Agricole (França) — um dos maiores bancos da Europa, uma cooperativa com 11 milhões de membros-acionistas e 52 milhões de clientes. Triodos Bank (Países Baixos) — um banco que se baseia em valores e financia apenas projetos com impacto social, ambiental ou cultural positivo; atua em 5 países europeus.

Distrito Cooperativo de Bolonha (Emilia-Romagna, Itália) — mais de 15.000 cooperativas que geram 45% do PIB da região; saúde, varejo, construção e agricultura são setores predominantemente cooperativos; a menor desigualdade de qualquer região italiana.



Nota do Facilitador

O modelo cooperativo pode parecer um pouco abstrato até que os participantes encontrem um exemplo real que consigam reconhecer. A Mondragon Corporation e os bancos Raiffeisen são casos de estudo bastante relevantes, especialmente pela sua dimensão. Se os participantes tiverem a oportunidade de conhecer uma cooperativa de crédito ou um banco cooperativo local, isso pode ser o ponto de referência principal.

1

20 minutos

Feira de Finanças Alternativas

Monte seis "bancos" pela sala, cada um representando uma instituição financeira alternativa diferente, com um cartão descritivo breve: Cooperativa de Crédito; Banco Cooperativo (modelo Raiffeisen); Instituição Financeira de Desenvolvimento Comunitário (IFDC); Banco de Tempo; Plataforma de Empréstimo Peer-to-Peer; Título de Impacto Social. Os participantes andam pela sala durante 10 minutos, lendo os cartões. Depois, reúnam-se: qual modelo mais os surpreendeu? Qual usariam? Qual poderia ajudar numa necessidade financeira que você ou alguém que conhece já enfrentou?

2

35 minutos

Projete o Banco da Sua Comunidade

Grupos de 4 a 6 pessoas formam uma instituição financeira para a sua comunidade, utilizando um modelo estruturado. Eles precisam decidir e apresentar os seguintes pontos: (1) Objetivo: quem são os membros? Que necessidade financeira vocês querem atender? (2) Governança: como são tomadas as decisões? Quem vota em cada uma delas? Qual é o teto salarial do CEO? (3) Produtos: que produtos financeiros vocês oferecem? A que taxas? (4) Uso do lucro: o que acontece com o excedente? (Dividendos para os membros? Reinvestimento em serviços? Fundo comunitário?) (5) Responsabilidade: a quem vocês prestam contas? Como os membros podem contestar as decisões? (6) Limites: o que vocês não vão financiar? Quais são os limites éticos? Os grupos fazem as suas apresentações (5 minutos cada) e respondem a perguntas do "público" (outros participantes representando potenciais membros). Depois de todas as apresentações, o grupo vota na instituição que mais gostariam de integrar — e por quê.

3

20 minutos

Os Limites das Opções

Discussão aberta: se o financiamento cooperativo é tão vantajoso, por que não é o mais comum? Principais limitações: Escala (as estruturas cooperativas podem demorar mais a tomar decisões; é mais complicado captar capital; podem não ter os recursos necessários para competir em tecnologia); Ambiente regulatório (as regras bancárias foram feitas para bancos comerciais e podem ser desproporcionalmente pesadas para cooperativas menores); Envolvimento dos membros (a democracia cooperativa precisa da participação dos membros — na prática, a maioria dos membros de bancos cooperativos vota raramente); Resistência política (as tentativas de mutualizar as caixas econômicas falidas da Espanha enfrentaram resistência — acabaram sendo absorvidas por bancos comerciais).

4

15 minutos

Análise e Consideração

A presença de alternativas cooperativas é suficiente — ou será que o sistema financeiro tradicional também precisa de uma reforma? Qual é a instituição financeira que você usa atualmente? Você sabe quem é o dono e para onde vai o seu dinheiro? Se você tivesse € 500 para depositar amanhã, a sua escolha mudaria após o workshop de hoje? Quais fatores influenciariam a sua decisão? O Plano de Ação para a Economia Social da UE reconhece o modelo — mas não exige que os Estados-Membros tomem medidas específicas. Um reconhecimento informal é suficiente, ou seria necessário um apoio mais estruturado?

10

Dinheiro, Poder e Ação Democrática

Da compreensão do sistema à sua mudança.

Tema: Política Económica, Mobilização Coletiva e Cidadania Financeira

DURAÇÃO

100 minutos

TAMANHO DO GRUPO

10 a 30 participantes

MATERIAIS

Modelos de planeamento de ações, exemplos de campanhas, briefings do Parlamento Europeu.



O DISCURSO CÍVICO

Os nove primeiros workshops exploraram como as finanças influenciam — e são influenciadas por — a sociedade, o poder e as decisões coletivas. Este workshop final coloca a questão mais crucial: agora que você tem uma compreensão mais clara do sistema, o que vai fazer? A cidadania financeira não é algo passivo. Ela requer não só escolhas pessoais, mas também ação coletiva, envolvimento político e a vontade de exigir que os sistemas financeiros trabalhem para o bem comum. A boa notícia é que isso já aconteceu antes. A jornada de trabalho de oito horas foi conquistada através da ação coletiva. O Estado de bem-estar social foi erguido por cidadãos que se uniram e o reivindicaram.

PRINCIPAIS TEORIAS ECONÔMICAS

TEORIA DA ESCOLHA PÚBLICA

BUCHANAN & TULLOCK (NOBEL 1986)

Políticos e burocratas, assim como as pessoas, estão sempre atrás dos seus próprios interesses. Aqueles com interesses concentrados, como corporações e indivíduos ricos, têm muito mais incentivos e recursos para fazer lobby do que aqueles com interesses dispersos, como consumidores e trabalhadores. Isso ajuda a entender por que a regulação financeira frequentemente acaba beneficiando o setor financeiro.

O DESAFIO DA AÇÃO COLETIVA

OLSON (1965)

Grupos que partilham interesses comuns muitas vezes têm dificuldades em se organizar, pois cada pessoa tem a tentação de tirar proveito do trabalho dos outros sem dar nada em troca. Isso torna a ação coletiva — como sindicatos, campanhas de consumidores e movimentos políticos — bastante vulnerável. Algumas soluções para isso são incentivos seletivos, normas sociais e um bom desenho institucional.

CAPTURA REGULATÓRIA

STIGLER (1971)

Com o passar do tempo, as agências reguladoras começam a atender mais aos interesses das indústrias que supervisionam do que aos interesses do público. Isso ajuda a entender por que os reguladores financeiros frequentemente veem as coisas do ponto de vista dos bancos; por que a relação entre o governo e a indústria representa um desafio democrático; e por que é fundamental ter um escrutínio independente por parte da sociedade civil.

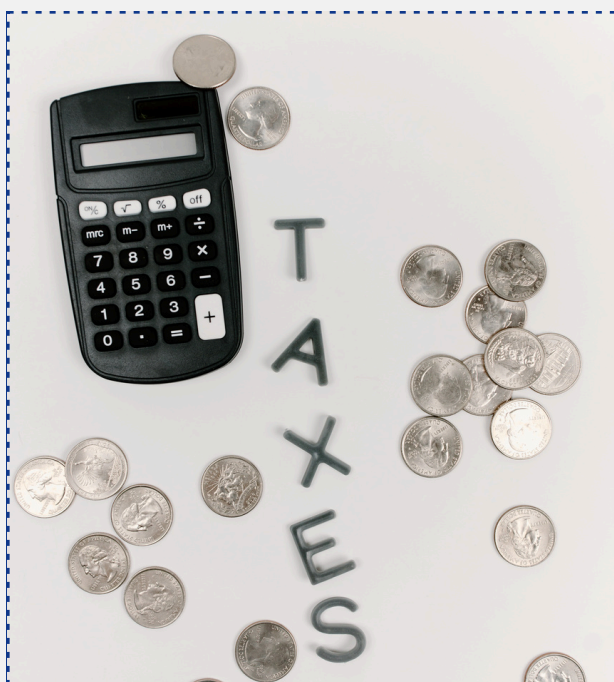
PODER DE CONTRAPESO

J.K. GALBRAITH (1952)

Em economias onde grandes corporações dominam, é essencial ter um poder de contrapeso — através de sindicatos, cooperativas de consumo, regulamentação do Estado e a sociedade civil — para evitar a exploração monopolista. Cidadania financeira é sobre criar e utilizar esse poder de contrapeso.

CONTEXTO EUROPEU

Cidadãos a transformar a política financeira da UE: Campanha do Imposto sobre Transações Financeiras — proposta pela UE; 10 Estados-Membros concordaram em avançar. Movimentos por Justiça da Dívida — os "Indignados" em Espanha e os "Aganaktismenoi" na Grécia influenciaram o debate político. Desinvestimento em Combustíveis Fósseis — a Universidade de Amesterdão retirou 500 milhões de euros; o Banco Europeu de Investimento comprometeu-se a pôr fim ao financiamento de combustíveis fósseis até 2021, após campanhas da sociedade civil. Regulamentação do Airbnb — campanhas lideradas por residentes em Barcelona, Amesterdão, Lisboa e Porto mudaram com sucesso a política. A BEUC (Organização Europeia de Consumidores) e ativistas da privacidade fortaleceram as restrições da Lei da IA da UE à avaliação de crédito algorítmica. Cada um destes exemplos mostra que a ação coletiva dos cidadãos pode moldar, e de fato molda, a política financeira europeia.



Nota do Facilitador

Este é o workshop de encerramento. Dê aos participantes a oportunidade de integrar tudo o que aprenderam. A atividade do manifesto é mais eficaz quando os grupos sentem que têm a liberdade verdadeira para serem ambiciosos e específicos — não apenas para escrever pedidos abstratos, mas para identificar instituições e mecanismos concretos de mudança. Celebre o que o grupo aprendeu e realizou em conjunto.

1

20 minutos

Mapeamento de Poder — Quem Tem o Controle das Decisões Financeiras?

Desenhe um grande círculo no flipchart que simboliza as "decisões financeiras que impactam os jovens na Europa". Peça aos grupos para identificarem: quem é que toma essas decisões? (BCE, governos nacionais, Comissão Europeia, Parlamento Europeu, grupos de pressão financeiros, agências de classificação de risco, bancos, plataformas de investimento, sindicatos.) Depois, pergunte: onde é que os cidadãos têm influência atualmente? (Eleições, defesa de direitos, escolhas de consumo, escolhas de emprego, mídia, protestos, ações judiciais.) Representem esses elementos num segundo diagrama. A diferença entre os dois mapas representa o "déficit democrático" na governança económica. Discutam: essa diferença é aceitável? O que poderia eliminá-la?

2

25 minutos

A Simulação do Lobby

Cenário: O Parlamento Europeu está a votar se deve exigir que os fundos de pensão se desvinculem de investimentos em combustíveis fósseis em até cinco anos. Vamos distribuir os papéis: eurodeputado (voto decisivo, genuinamente indeciso); lobista do setor financeiro; representante de uma ONG ambiental; representante sindical (preocupado com os trabalhadores da indústria de combustíveis fósseis); jovem ativista climático; economista académico; jornalista. Cada participante tem 4 minutos para preparar a sua apresentação ao eurodeputado. Depois, vamos fazer uma simulação de "bate-papo porta a porta": cada participante terá 2 minutos para apresentar os seus argumentos. O eurodeputado anunciará o seu voto e explicará o seu raciocínio. Debriefing: quais argumentos foram mais eficazes e porquê? Como os recursos financeiros disponíveis para os diferentes participantes afetam a sua influência?

3

30 minutos

O Manifesto Financeiro

Grupos de 4 a 5 pessoas vão criar um "Manifesto de Cidadania Financeira" de uma página, direcionado a um dos seguintes: (A) a Comissão Europeia; (B) o governo nacional; (C) a câmara municipal; (D) a universidade ou organização à qual pertencem; (E) a si próprios, enquanto cidadãos financeiros. O manifesto deve incluir: três reivindicações (o que gostariam que mudasse, por quem e até quando); três compromissos (o que farão de diferente, individualmente ou em conjunto); e uma ação de campanha (um primeiro passo concreto que poderiam dar nos próximos 30 dias). Os grupos vão apresentar os seus manifestos (4 minutos cada). O facilitador vai identificar temas comuns e áreas de convergência entre todos os grupos.

4

25 minutos

O Compromisso Pessoal e o Fecho

Atividade individual — não partilhada a menos que o participante decida fazê-lo. Cada pessoa escreve: (1) Uma crença que eu tinha sobre dinheiro antes deste programa e que agora estou a questionar. (2) Uma percepção estrutural ou sistémica que vou ter em conta ao tomar decisões financeiras. (3) Uma ação coletiva que estou disposto a tomar ou apoiar. (4) Uma coisa sobre a qual quero aprender mais. Encerramento do facilitador: "Começamos por questionar a ideia de que as finanças são pessoais. Explorámos o dinheiro como um contrato social, os mercados como construções políticas, os impostos como investimento coletivo, a dívida como uma condição estrutural, o trabalho como um espaço de poder, a habitação como uma escolha política, o clima como uma crise financeira e a tecnologia como uma questão de governança. Nada disto aconteceu contigo. Foi tudo planeado — por pessoas, para fins específicos. E, por terem sido planeados, podem ser replaneados. Isso é o que significa cidadania."

Visão geral dos dez workshops

W1	O que é o dinheiro? Teoria das mercadorias/crédito, criação de dinheiro, mandato do BCE	90 minutos
W2	Mercados, valor e desigualdade. Oferta e procura, falhas de mercado, índice de Gini, monopólio comprador.	90 minutos
W3	Impostos e o interesse coletivo Política Fiscal, Curva de Laffer, Imposto Ideal, Incidência Fiscal	100 minutos
W4	Dívida, austeridade e crise da zona euro Dívida soberana, paradoxo da austeridade, falha do multiplicador do FMI	100 minutos
W5	Trabalho, salários e força de trabalho na Europa Salários de Eficiência, Monopsônio, Economia Social de Mercado, SBTC	100 minutos
W6	Finanças Sustentáveis Externalidades, ETS da UE, Custo Social do Carbono, ESG	100 minutos
W7	Habitação, Riqueza e Piketty $r > g$, Teoria do Valor da Terra, Financeirização, Modelo de Viena	100 minutos
W8	Finanças digitais e economia de plataformas. Assimetria de informação, efeitos de rede, CBDC, RGPD	90 minutos
W9	Apostar na Solidariedade Vantagem Colaborativa, Principal-Agente, Riqueza da Comunidade	90 minutos
W10	Dinheiro, Poder e Ação Democrática Escolha pública, ação coletiva, captura regulatória.	100 minutos

Recursos sugeridos

Ha-Joon Chang

Economia: O Manual do Utilizador

Uma análise acessível da economia tradicional, direcionada a quem não é especialista.

Thomas Piketty

Uma Pequena História da Igualdade (2021)

Mais acessível que O Capital, explora a desigualdade na Europa de forma aprofundada.

Mariana Mazzucato

O preço de tudo

Quem gera valor numa economia — e quem apenas o retira.

Grace Blakeley

Roubado: Como Proteger o Mundo da Financeirização

Como as finanças começaram a dominar as economias europeias.

Ana Pettifor

A defesa do Novo Acordo Verde

Finanças verdes na Europa e soberania monetária.

Stephanie Kelton

O Mito do Déficit

Uma introdução acessível à Teoria Monetária Moderna e suas consequências para a Zona Euro.

“A economia não é uma força da natureza. É um conjunto de regras — feitas por pessoas, com objetivos específicos. Essas regras podem ser alteradas. Mas isso só pode ser feito por cidadãos que as entendam bem o suficiente para saber o que precisa de mudar — e porquê.”

FINANÇAS É CÍVICO



Desenvolvido por:

- **Highlights e.V**  **Alemanha**
- **EDUMANSHA - ASSOCIAÇÃO PARA O APRENDIZADO CONTÍNUO NAS DEMANDAS DO SÉCULO XXI**  **Portugal**
- **Informamentis Europa**  **Itália**



Financiado pela União Europeia. No entanto, as opiniões e pontos de vista expressos são da responsabilidade exclusiva do(s) autor(es) e não refletem necessariamente os da União Europeia ou da Agência Executiva da Educação e da Cultura (EACEA). Nem a União Europeia nem a EACEA podem ser responsabilizadas por essas opiniões.